O *tempo* das Crianças

MARCELO NERI
Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

"A expansão da faixa etária do bolsa-escola constitui complemento desejável à nova proibição de trabalho precoce até os 15 anos."

A ocupação do tempo das crianças é fundamental no desempenho a longo prazo da nossa economia. Se hoje elas freqüentam a escola, ou se trabalham, antecedem as condições sociais brasileiras de algumas décadas. Um país que cuida de suas crianças, viabiliza o seu futuro.

Qual é a situação hoje da criança no Brasil? A avaliação da distribuição etária e das condições sociais deve levar em conta o processo de repartição das diversas rendas das famílias. Por exemplo: a renda do aposentado pode beneficiar outros membros da família, como as crianças, belamente ilustrado no filme *Eu, Tu, Eles*? Já a bolsa-escola, pode percorrer o caminho inverso. Assim, conceitos adequados para medir o bem-estar seriam os dados da família, como a indigência.

A maior taxa de indigência por faixa etária está no grupo até 5 anos de idade: 38,8% contra 24,8% do resto da sociedade. Cerca de 45% dos indigentes brasileiros têm menos de 15 anos de idade. A menor taxa de indigência está no grupo acima de 70 anos: 8,1%. A análise de um amplo espectro de indicadores sociais consolida a imagem das crianças como o grupo prioritariamente desfavorecido de nossa sociedade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos oferece uma visão da ocupação do tempo das crianças, permitindo diferenciar situações rurais das urbanas: nas áreas rurais, 36% das crianças entre 10 e 14 anos de idade trabalham, contra 8% nas áreas urbanas.

Durante as duas últimas décadas houve aproximadamente duas vezes mais meninos trabalhando do que meninas. Noventa por cento das crianças



Perfil Etário da Indigência

	População	Taxa de Indigência	Contribuição para a Indigência
Total	158.232.252	24,8	100,0
0 a 5 anos	15.125.555	38,8	15,0
5 a 10 anos	15.893.875	37,8	15,3
10 a 15 anos	17.133.431	33,3	14,5
15 a 20 anos	16.445.293	24,4	10,2
20 a 25 anos	13.376.564	19,8	6,7
25 a 30 anos	12.170.942	21,0	6,5
30 a 35 anos	12.076.763	21,8	6,7
35 a 40 anos	11.080.956	20,6	5,8
40 a 45 anos	9.666.370	18,9	4,7
45 a 50 anos	8.015.962	17,7	3,6
50 a 55 anos	6.205.644	17,2	2,7
55 a 60 anos	5.179.392	16,0	2,1
60 a 65 anos	4.218.407	11,8	1,3
65 a 70 anos	3.473.931	9,5	0,8
+ de 70 anos	5.259.446	8,1	1,1
Ignorada	2.909.721	40,1	3,0

Fonte: Microdados da PNAD - IBGE. Elaboração : CPS/IBRE/FGV.

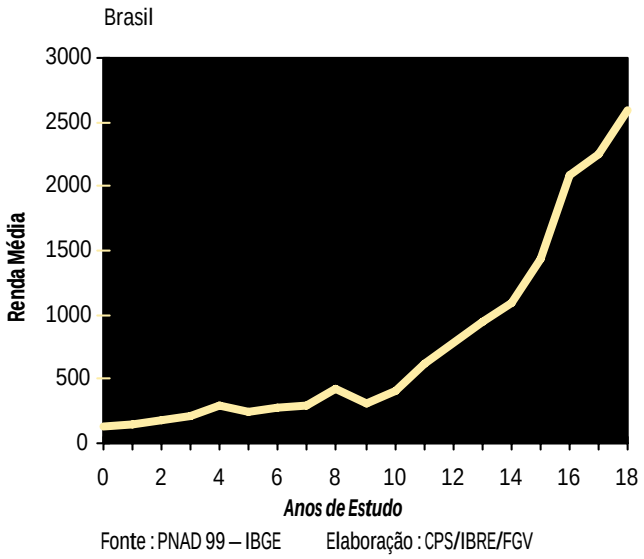
Obs: Linha de Indigência : R$ 61 *per capita*

de famílias pobres não terminaram o 2º grau e 74% não completaram a 4ª série.

Embora as taxas de matrícula sejam altas no Brasil, o nível educacional progride lentamente, devido à freqüência escolar irregular, as altas taxas de repetência (13%) e o abandono escolar (8,9%). Ainda de acordo com a PNAD, 15% de todas as crianças nessa faixa etária estavam trabalhando – houve uma queda de 2 pontos percentuais desde 1995.

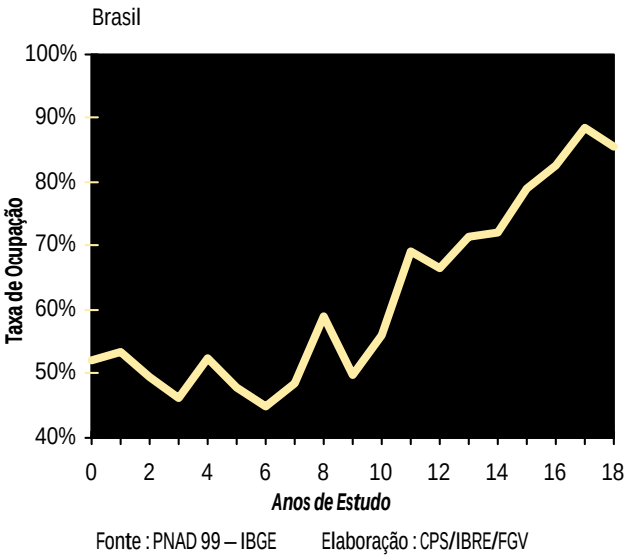
A cada ano adicional de estudo a renda do trabalho aumenta, em média, 16%. Retorno obtido para toda a vida ativa. A taxa de ocupação também cresce com a escolaridade: de 52% (analfabetos) para 87% (indivíduos que completaram a universidade). É difícil imaginar investimento mais lucrativo do que passar de ano.

Rendimento Médio Vs. Anos de Estudo



Fonte : PNAD 99 – IBGE Elaboração : CPS/IBRE/FGV

Taxa de Ocupação Vs. Anos Completos de Estudo



Fonte : PNAD 99 – IBGE Elaboração : CPS/IBRE/FGV

Retornos crescentes

Quando a criança passa de 0 para quatro anos de estudo o ganho de renda é de 8% ao ano. Se a escolaridade passa de 11 para 15 anos de estudo, o retorno corresponde a cerca de 21% a.a.. Existe uma armadilha de pobreza onde para obter retornos mais altos, o indivíduo tem de investir antes, mediante baixos retornos.

Externalidades

O retorno da educação para a sociedade como um todo é superior ao do indivíduo que é educado. Ricardo Paes de Barros mostra que um dos principais determinantes do desempenho escolar é a educação média das mães da comunidade. A tabela ilustra algumas conseqüências da acumulação de um ano a mais de estudo pela/para sociedade.

Impacto socioeconômico de aumento de um ano de estudo

Variável	Impacto
Crescimento Econômico (taxas anuais)	
Renda *per capita* (2000/25)	0,35
Salário industrial (2005/15)	0,85
Crescimento das exportações (2000/15)	0,70
Crescimento populacional	
Crescimento da população (2000/15)	-0,26
Crescimento da fecundidade total (2025)	-0,40
Crescimento da natalidade por 1.000 (2025)	-2,40
Mortalidade (por 1.000 nascidos vivos)	
Mortalidade infantil (2025)	-8,90
Mortalidade infantil até 5 anos (2025)	-12,60
Longevidade (em anos)	
Expectativa de vida - mulher (2025)	2,00
Expectativa de vida - homem (2025)	2,00
Escolaridade (taxas)	
Atendimento bruto secundário (2025)	5,20
Analfabetismo mulher (2020)	6,80
Analfabetismo homem (2020)	5,40

Fonte: Berhman, J., BID, 1996.

Mas o que fazer? Com estas falhas de mercado, que tipo de intervenção empreender? Como agir? Que políticas adotar?

Coerção

Por exemplo, a adesão recente à resolução da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho precoce implica aumento da idade mínima permitida de 14 para 16 anos. A taxa de ocupação aos 15 anos é de 21%.

Prevenção

O melhor antídoto contra o trabalho infantil é a educação, especialmente das mães: 23,6% dos filhos de analfabetas exercem trabalhos domésticos ou externos, contra 1,7% dos filhos de mulheres com o curso secundário completo. Entretanto, o amadurecimento dos investimentos em políticas educacionais, como o Fundef, leva décadas. A obtenção de altos retornos sociais exige paciência.

Ambas

Um programa que concilia velocidade e durabilidade é o bolsa-escola, onde as mães recebem uma bolsa condicionada ao desempenho escolar dos filhos. A expansão do bolsa-escola e a ampliação da abrangência do programa até os 16 anos incompletos são fundamentais para diminuir o trabalho precoce.